

NOTAS

ESTRATÉGICAS

SECRETARIA DE ASSUNTO ESTRATÉGICOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

EDIÇÃO ESPECIAL | qui, mai-2014

NOTA ESTRATÉGICA 3: SOBRE O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO NO BRASIL DA ÚLTIMA DÉCADA — MAIO DE 2014

Ninguém discute que um dos problemas sociais mais graves e persistentes que o Brasil enfrenta ao longo da sua história é a elevada desigualdade da distribuição de renda. Exatamente por esse motivo, o país fez uma opção estratégica por um modelo de desenvolvimento fortemente baseado na inclusão.

Esta nota mostrará que o desenvolvimento do Brasil nos últimos anos tem de fato sido inclusivo e abrangente. Inclusivo na medida em que, embora tenha beneficiado todos os grupos sociais, beneficiou relativamente mais os mais vulneráveis, levando a substanciais reduções na desigualdade e na pobreza; e abrangente, na medida em que atingiu as mais variadas dimensões das condições de vida da população.

Uma terceira dimensão refere-se à origem do crescimento da renda dos mais pobres. De fato, para ser sustentável, é preciso que o crescimento da renda seja baseado na inclusão produtiva, isto é, deve resultar primordialmente de ganhos na renda do trabalho e não de mecanismos de transferências governamentais. Esta nota traz uma análise do desenvolvimento brasileiro recente, abordando os dois primeiros aspectos – inclusão e abrangência. Em uma próxima nota, será abordado esse terceiro aspecto – da origem da renda –, bem como os principais desafios para os próximos anos.

Uma forma de visualizar a natureza inclusiva do processo de desenvolvimento consiste em comparar a taxa de crescimento da renda per capita dos grupos mais pobres com a dos grupos mais ricos. No gráfico 1, apresentamos a taxa média anual de crescimento da renda per capita ao longo da última década, por décimos da distribuição de renda¹.

Gráfico 1 – Evolução do grau de desigualdade na distribuição de renda: Brasil, 1976-2012



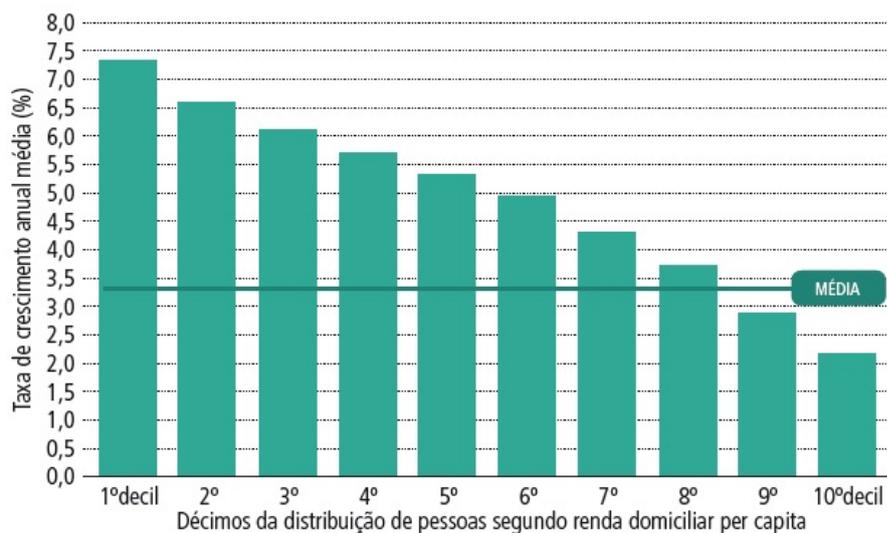
Fonte: SAE/PR com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Esse gráfico revela que todos os décimos alcançaram ganhos de renda ao longo da década. O crescimento da renda, no entanto, não foi o mesmo para todos os grupos. Ao contrário, a taxa de crescimento foi sistematicamente maior nos grupos mais pobres. Em particular, a taxa média anual de crescimento da renda per capita entre os 10% mais pobres, 7,3%, foi quase 3,5 vezes maior que a mesma taxa entre os 10% mais ricos, 2,1%.

A grande desigualdade nas taxas de crescimento alcançada pelo Brasil nos últimos dez anos (em que a renda dos mais pobres cresce mais rapidamente que a dos mais ricos) é exatamente o necessário para a redução na desigualdade de renda.

Não há dúvida, portanto, que o país experimentou ao menos uma década de crescimento inclusivo: um crescimento que, embora tenha beneficiado a todos, beneficiou mais intensamente os mais pobres, levando a reduções no grau de desigualdade. O gráfico 2 corrobora este fato ao revelar a evolução, nas últimas quatro décadas, da medida mais tradicional de desigualdade: o coeficiente de Gini.

Gráfico 2 – Taxa de crescimento anual média da renda per capita por décimo da distribuição: Brasil, 2001-2012



Fonte: SAE/PR com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

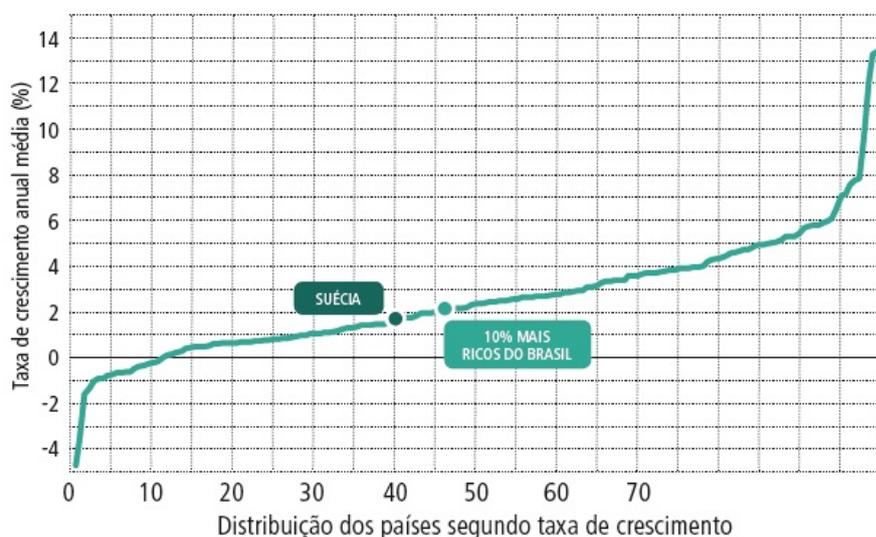
Para uma dada distribuição de renda numa sociedade, o coeficiente de Gini mede a distância média, em termos da renda, entre duas pessoas nesta sociedade, expressa como fração da renda média do país. Assim, um coeficiente de Gini de 0,50 significa que, em média, a distância entre duas pessoas na sociedade é igual à metade da renda média desta sociedade.

O gráfico 2 revela que a desigualdade brasileira, que havia permanecido em torno de 0,60 por $\frac{1}{4}$ de século (1975 a 2000), passou a declinar de forma sistemática a partir do início do novo milênio. Em uma década, graças a reduções anuais relativamente constantes (em torno de 0,006 por ano), passamos de um coeficiente de Gini de 0,59, em 2001, a um de 0,53, em 2012. O fato de o declínio ter ocorrido em todos os anos, independentemente da taxa de crescimento da economia brasileira e do cenário mundial, sugere, embora não garanta, que esse processo de redução da desigualdade deva ser sustentável.

Mas quão significativa foi a redução no grau de desigualdade alcançada pelo país? Uma redução de 0,07 no coeficiente de Gini é significativa? Afinal, mesmo após essa sistemática queda da desigualdade, metade da renda do país continua sendo apropriada pelos 15% mais ricos, enquanto que a renda dos 10% mais ricos, apesar de crescer 4 vezes mais lentamente, continua a ser 40 vezes a renda dos 10% mais pobres.

Ainda que a renda seja muito concentrada, existem concretas evidências de que a queda na desigualdade brasileira foi extremamente acentuada. Uma forma de reconhecer que esta queda dificilmente poderia ter sido ainda mais acentuada consiste em comparar as taxas de crescimento da renda dos mais pobres (7,3% ao ano) e dos mais ricos (2,1% ao ano) no Brasil com a taxa de crescimento dos demais países no mundo. O gráfico 3 revela que a renda dos 10% mais pobres no Brasil cresceu por dez anos em ritmo mais rápido do que o observado em 97% dos países do mundo, ou seja, os 10% mais pobres observaram uma taxa de crescimento quase chinesa. Por outro lado, a renda per capita de 54% dos países do mundo cresceu mais rapidamente que a dos 10% mais ricos brasileiros. Assim, se nossos 10% mais pobres podem com segurança celebrar que estão entre os segmentos da sociedade mundial que experimentam maior crescimento na renda, então nossos 10% mais ricos podem justificadamente considerar lenta a taxa de crescimento da sua renda per capita.

Gráfico 3 – Distribuição dos países segundo a taxa de crescimento anual média da renda per capita: Mundo, 2000-2010



Fonte: SAE/PR com base em dados do PNUD.

Conforme já ressaltado, qualquer queda na desigualdade requer diferenças entre as taxas de crescimento da renda de pobres e ricos. No Brasil, a renda dos mais pobres cresceu muito mais rápido que a média nos últimos doze anos, enquanto a dos mais ricos cresceu mais lentamente que a média. O resultado é que, enquanto os mais pobres percebem que estão se aproximando da média nacional, os ricos veem esta média se aproximar deles. Essa

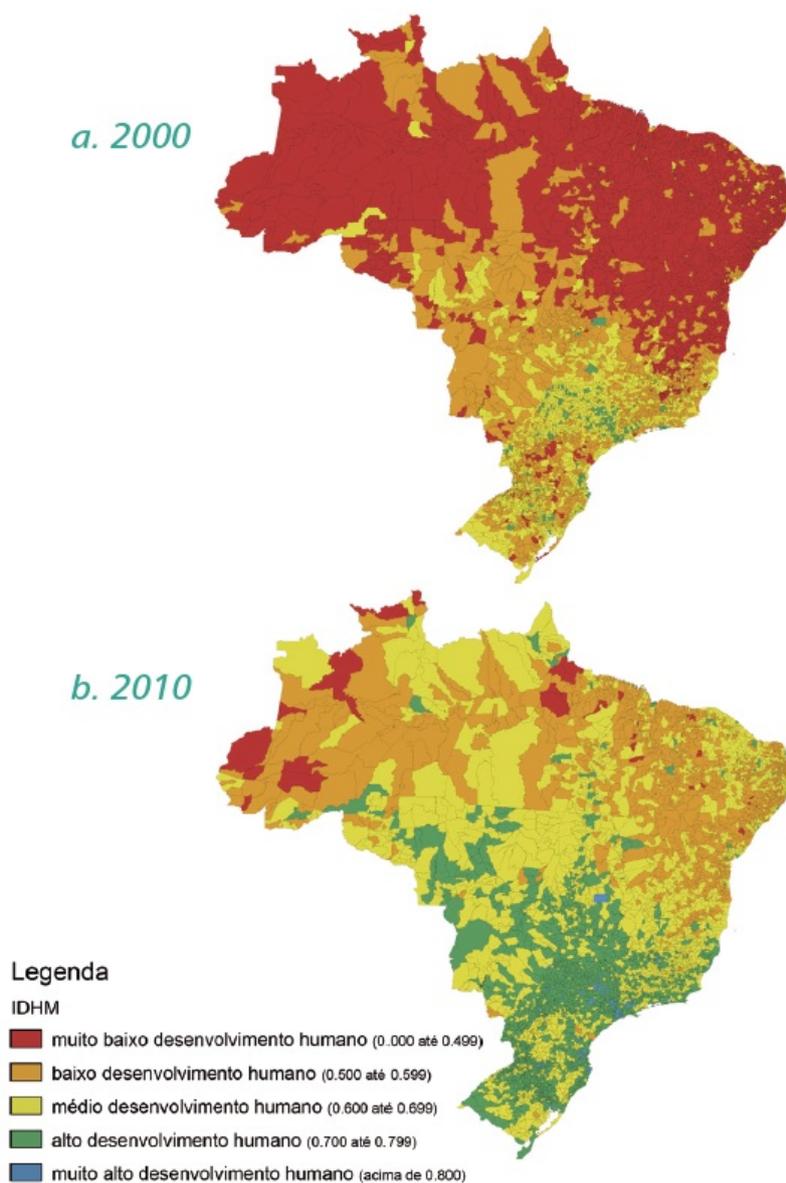
percepção de aproximação é uma forma de visualizar a intensidade da queda na desigualdade. Essa percepção depende da diferença entre as taxas de crescimento da renda dos mais pobres e dos mais ricos. Como essa diferença é similar à existente entre as taxas de crescimento da renda na China e na Suécia, pode-se dizer que os mais ricos no Brasil veem os mais pobres deles se aproximarem quase que com a mesma velocidade que os suecos veem os chineses deles se aproximarem.

Assim, para que pudéssemos ter alcançado uma redução ainda mais acentuada da desigualdade, seria necessário que a diferença entre as taxas de crescimento da renda dos mais pobres e dos mais ricos no país fosse ainda mais acentuada do que já foi.

Manter de forma sistemática a taxa de crescimento da renda dos 10% mais pobres correspondendo a 3,5 vezes a dos 10% mais ricos certamente representa um sucesso invejável no combate à desigualdade. Embora não seja suficiente para colocar o Brasil, em uma década, com um nível de desigualdade alinhado com o dos países mais desenvolvidos, certamente coloca o Brasil na liderança mundial do combate à desigualdade. Mantida essa velocidade, ainda precisaremos de mais duas décadas para alcançar níveis de desigualdade realmente baixos (coeficiente de Gini próximo a 0,40).

Uma forma alternativa de visualizar a importância da queda na desigualdade brasileira é compará-la com o crescimento da desigualdade na China. Enquanto a China passou de um coeficiente de Gini inferior a 0,45, em 2000, para quase 0,50, em 2008, o Brasil fez o caminho inverso, passando de 0,60, em 2000, para 0,55, em 2008. Em ambos os países a variação no grau de desigualdade foi de 0,05 em oito anos, na China havendo concentração da renda e no Brasil uma melhor distribuição.

Mapa 1 – IDHM



Fonte: <http://www.atlasbrasil.org.br/>

A natureza inclusiva do desenvolvimento brasileiro recente não se limitou às transformações ocorridas na distribuição de renda. Nas mais diversas dimensões sociais e econômicas ocorreram progressos que beneficiaram todos, em particular os mais vulneráveis. Um exemplo marcante foi o avanço na expectativa de vida ao nascer.

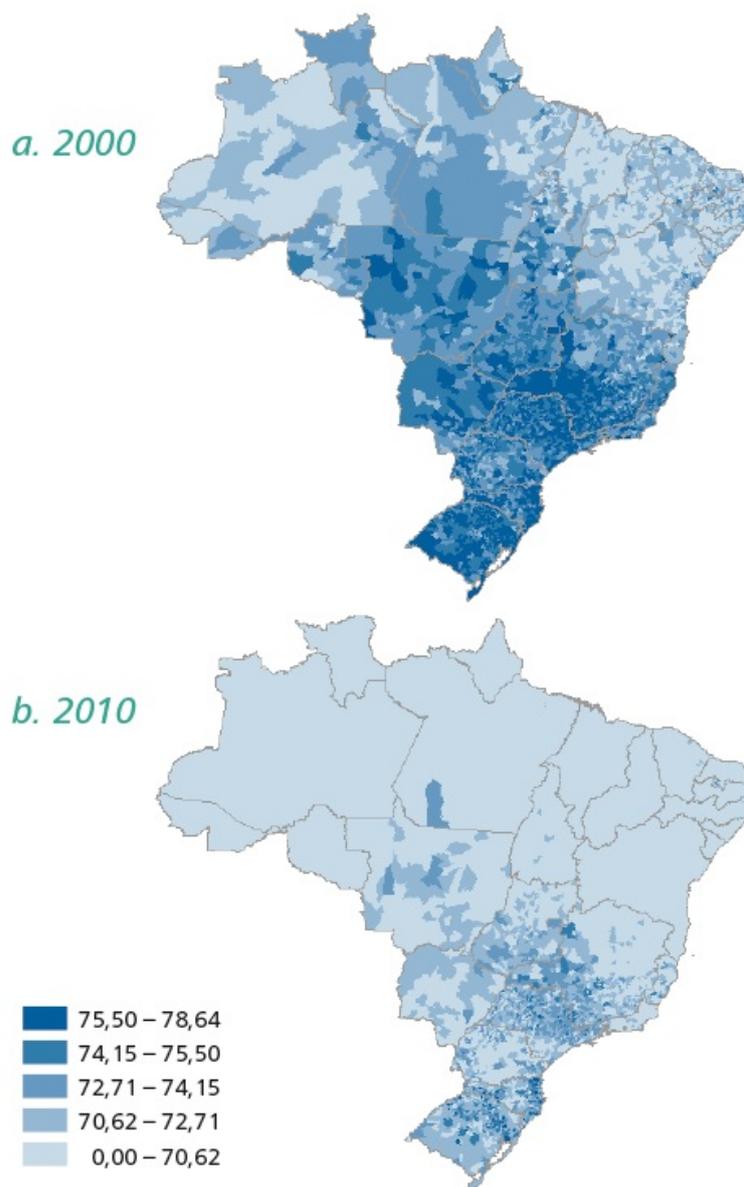
O avanço brasileiro ao longo das últimas décadas em termos de prolongamento da vida foi notável (veja mapas 1a-b). Certamente, não conseguimos aumentar, a cada ano calendário, em um ano a esperança de vida. No entanto, conseguimos aumentar em mais de ½ ano, a cada ano calendário, a esperança de vida ao nascer no país, que passou de 69 anos para

quase 74 anos na última década. De maior importância, conseguimos que – em mais de 70% dos municípios brasileiros – a esperança de vida aumentasse em mais de 1/3 de ano, a cada ano calendário. Em outras palavras, elevamos em mais de 3 anos a esperança de vida em cerca de 4.000 municípios brasileiros.

O avanço na expectativa de vida ao nascer é um excelente exemplo da amplitude dos progressos sociais que o país alcançou nos últimos dez anos. Uma visão muito mais abrangente desses progressos pode ser obtida com base no Índice de Desenvolvimento Humano² Municipal (veja mapas 2a-b). Conforme esses mapas revelam, o Brasil passou de uma situação (em 2000) em que 42% dos municípios ainda tinham IDH inferior a 0,50 para uma situação (em 2010) em que praticamente todos³ os municípios tinham IDH acima de 0,50.

Em termos de IDH, também a desigualdade entre os municípios declinou de forma acentuada. Enquanto metade dos municípios tinham IDH entre 0,65 e 0,72 no ano de 2000, metade dos municípios possuíam IDH entre 0,71 e 0,75 em 2010.

Mapa 2 – IDHML



Fonte: <http://www.atlasbrasil.org.br/>

EXPEDIENTE

Governo Federal Presidência da república

Secretaria de Assuntos Estratégicos

Esplanada dos Ministérios

Bloco O, 7º, 8º e 9º andares

Brasília / DF – CEP 70052-900

www.sae.gov.br

Coordenação Geral

Ministro Marcelo Neri and Sergio Margulis

15/05/2014

Elaboração

Secretaria de Ações Estratégicas (SAE/PR)

Autoria

Ricardo Paes de Barros and Diana Coutinho

Revisão e Projeto Gráfico

Adriano Brasil, Gabriella S. Malta e Rafael W. Braga

ISSN 2357-7118

[FAÇA O DOWNLOAD DA VERSÃO EM PDF](#)

15/05/2014

<http://www.sae.gov.br/imprensa/noticia/destaque/sobre-o-processo-de-desenvolvimento-inclusivo-no-brasil-da-ultima-decada/>